

ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A UNIVERSIDADE DOS NOSSOS DIAS*

HIGHER EDUCATION: REFLECTIONS ABOUT THE
UNIVERSITY OF OUR DAYS

Euclides Redin* **;
Helena Venites Sardagna; Márcia Elisabete Wilke Franco;
Sílvia Regina Canan; Sonia Teresinha Vieira de Medeiros* **

RESUMO: Este trabalho propõe uma discussão acerca da Reforma Universitária, focalizando a visão de Marilena Chauí (2003), Luiz A. Cunha (2003), Cristovam Buarque (2003) e Boaventura de Sousa Santos (2004), numa tentativa de posicionamento em relação ao Ensino Superior Brasileiro e a proposta original de Reforma Universitária, apresentada pelo atual Governo Federal. As posições encontradas, ao se tratar da questão, são as mais diversas, trazendo desde a crítica contundente ao modelo em que se transformou a instituição universitária até a defesa veemente por novos rumos, na efetivação da Reforma Universitária colocando em pauta a proposta de novos horizontes para a Educação Superior. Refletindo sobre as diferentes posições concordase que a educação não pode ser entendida como bem de troca, como mercadoria, mas que se constitui num bem social que precisa estar a

* Texto produzido na disciplina Seminário Avançado de Educação I do PPG em Educação da UNISINOS.

** Professor aposentado do PPG em Educação da UNISINOS.

*** Doutorandas em Educação do PPG em Educação da UNISINOS.

serviço da humanização e na busca permanente de soluções para os problemas sociais vividos nas diferentes épocas. Assim, entende-se que a Reforma Universitária, mais do que um documento legal deve representar uma profunda revisão no conceito de Universidade, de Ensino Superior, separando o que é fruto da expansão mercadológica, simplesmente, das propostas sérias em torno do Ensino Superior de qualidade para todos, tendo a educação como um bem público e como parte constituinte de um projeto de nação.

Palavras-Chaves: Reforma Universitária, Educação Superior, Educação de Qualidade

ABSTRACT: This work proposes a discussion concerning the Academic Reform, focusing Marilena Chauí's (2003), Luiz A. Cunha's (2003), Cristovam Buarque's (2003) and Boaventura de Sousa Santos's vision (2004), in a positioning attempt in relation to Brazilian Higher education and the original proposal of Academic Reform presented by the current Federal Government. Several positions are found regarding this subject, varying from a confusing critic to the model that changed the academic institution to a vehement defense for new directions in the execution of the Academic Reform, putting on the agenda the proposal of new horizons for Higher Education. Thinking about the different positions, it is agreed that education cannot be understood as consumption good, as merchandise, but that it constitutes a corporate asset that needs to be put to the service of humanization and of the permanent search for solutions for the social problems lived in the different times. Thus, it is understood that more than a legal document, Academic Reform should represent a deeper revision of the concept of the University, of Higher education, separating what is simply fruit of the marketing expansion from the serious proposals around quality higher education for everybody, a project in which education becomes a public asset and an integral part of the nation project.

Key Words: Academic Reform, Higher Education, Quality Education

INTRODUÇÃO

Estudos sobre a Universidade têm apontado algumas reflexões sobre o papel desempenhado pela mesma na chamada sociedade do conhecimento. As posições encontradas, ao se tratar da questão, são as mais diversas, trazendo, desde a crítica contundente ao modelo em que se transformou a instituição universitária, até a defesa veemente por novos rumos, na efetivação da Reforma Universitária¹ colocando em pauta a proposta de novos horizontes para a Educação Superior.

Iniciaremos com uma contextualização da universidade no Brasil, seguida por Marilena Chauí (2003), buscando sintetizar suas idéias, seguindo com Luiz A. Cunha (2003), passando por Cristovam Buarque (2003) e fechando com Boaventura de Sousa Santos (2004), numa tentativa de posicionamento em relação ao Ensino Superior Brasileiro e a proposta original de Reforma Universitária, apresentada pelo atual Governo Federal, ainda quando Buarque era Ministro da Educação.

I Contextualização histórica da Universidade no Brasil

Falar em Ensino Superior e em Universidade no Brasil significa, antes de mais nada, a necessidade de uma retomada, ainda que breve, da história de sua constituição. Quando, em 1920, a universidade foi criada no Brasil, ela já existia em todos os países mais importantes do mundo, tanto do ponto de vista econômico quanto em sua localização geográfica. Por isso, historiadores consideram-na uma instituição temporã ou tardia (ROSSATO, 1998).

De acordo com Rossato (1998), até 1920, muitas instituições

¹ Nos referimos aqui à Reforma Universitária proposta pelo Ministério da Educação do Governo Lula, em dezembro de 2004, para ser votada até agosto de 2005.

² Segundo Dias (2003), a comunidade acadêmica perdeu a oportunidade de reagir

surgiram ou se transformaram, até que neste ano passa a existir uma maior estabilidade, quando apareceram universidades chamadas de continuadas ou sucedidas, ou seja, aquelas que tiveram estabilidade por um tempo mais longo ou que permanecem até os dias atuais.

Neste sentido, o próprio processo de surgimento e expansão, nas décadas de 1920, 1930 e 1940 é lento e tardio. A mudança nesse quadro registra-se a partir de meados da década de 1960, quando se inicia um período de proliferação de “(...) faculdades, institutos, escolas isoladas e universidades, visando a atender aos interesses da modernização”. (ROSSATO, 1998, p.106).

Um breve olhar sobre os diferentes períodos históricos brasileiros, pode nos dar uma idéia de como sucedeu o histórico do Ensino Superior e da Universidade no Brasil. O período Colonial é marcado por uma despreocupação de Portugal em relação à implantação destas instituições de ensino. Enquanto outros países como a Espanha e a Inglaterra não impedem a expansão do ensino superior em suas colônias, Portugal adota uma política muito diversa, obstaculizando o surgimento do ensino superior no Brasil, à semelhança do que aconteceu também com a metrópole, uma vez que, por aproximadamente quatro séculos, contou com apenas uma universidade instalada ora em Coimbra, ora em Lisboa. (ROSSATO, 1998).

Na colônia o ensino superior desenvolveu-se praticamente todo nos colégios jesuítas, baseados na *Ratio Studiorum*. Conforme Rossato (1998, p. 107): “A formação dada visava fundamentalmente, ao aspecto religioso e, secundariamente, à educação”. Em 1759, com a expulsão dos jesuítas houve a abertura de matérias isoladas e criaram-se alguns cursos mais estruturados no Rio de Janeiro e Recife.

O início do período imperial não apresenta novidades em relação à expansão do ensino superior, pois Portugal continuava sustentando a importância de que os jovens brasileiros fossem estudar na metrópole. A reversão deste quadro tem seu início somente com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, com o que surgem novas necessidades como as de formação de novos quadros e burocratas para atender aos interesses do rei. Assim, “no que diz respeito ao ensino superior o

próprio rei estimulou a vinda de missões francesas e, ainda durante o período colonial (sic), foram criadas cadeiras isoladas de ensino superior (...)” (ROSSATO, 1998, p.109).

Em relação à Universidade, propriamente dita, o debate estendeu-se durante todo o império, tendo sido inúmeras as tentativas para a criação da primeira universidade, sendo que ao final do império haviam sobrevivido somente algumas instituições isoladas, faculdades e cadeiras. “Da colônia à república, houve grande resistência à idéia de criação de instituições universitárias” (ROSSATO, 1998, p.112).

A proclamação da república vai trazer novidades. Com a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, um clima de entusiasmo passa a existir. Em sua fase inicial vamos assistir a um significativo impulso ao ensino superior, tendo sido criadas várias escolas superiores que viriam a ser os embriões de futuras universidades. Mesmo assim, nesta etapa, continuam as tentativas de criação de universidades, já que as três primeiras que foram criadas não sobreviveram ao longo do tempo, são as chamadas universidades passageiras.

Após as tentativas frustradas do Império e do início da República, em 1920, o presidente Epitácio Pessoa criou a Universidade do Rio de Janeiro, o que vem a marcar a criação teórica e prática da universidade brasileira. Entre 1930 e 1945, o país viveu uma expressiva expansão no ensino superior. Mas foi com a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, pelo presidente Getúlio Vargas que foi implantada uma organização e estrutura da educação superior através do decreto 19.851, de 11 de abril de 1931 (ROSSATO, 1998).

Ainda, referente ao processo de expansão, no período de 1945 a 1964, observa-se um crescimento significativo no número de instituições, com o surgimento, em 1946, das universidades particulares. É, porém, com o golpe militar de 1964, que novos rumos para a política foram determinados e o binômio desenvolvimento e segurança tornou-se o eixo central. Com a grande expansão do ensino de 1º e 2º grau, aumentou potencialmente o número de candidatos à universidade. É inegável a expansão do ensino superior, que pode ser verificado com o significativo aumento no número de matrículas que de 96.691, em 1960,

passou para 425.478, em 1970 e para 1.377.286, em 1980. Ressalta-se a forte interiorização do ensino superior, a abertura de novas áreas e a implantação, a partir de 1970, da pós-graduação.

Para suportar tal aumento, a Reforma Universitária – Lei 5540/68, criou mecanismos para a expansão, favorecendo a criação de IES não só em cidades de grande ou médio porte, mas até mesmo nas de pequeno porte, desde que atendessem aos interesses políticos do momento (ROSSATO, 1998, p. 120).

No final da década de 1980 e meados da década de 1990, parece haver uma continuidade nas políticas de educação apresentada nas etapas anteriores, provocando o aumento da privatização do ensino superior, com uma expansão significativa das matrículas nas instituições privadas.

Atualmente, o que podemos verificar é que a política tende a continuar basicamente o processo anterior, promovendo a privatização do ensino superior, sendo que, apesar do número de instituições existentes, elas ainda são insuficientes num país tão grande como o Brasil. Por outro lado, a privatização da educação num país que apresenta tão grandes índices de desemprego e tão grandes diferenças econômicas, é questionável, se considerarmos a capacidade de pagamento da maioria dos brasileiros.

Esta universidade vive, há tempo, crises evidentes de hegemonia, de legitimidade e institucional. Aqui e em outros países, questionamo-nos, como afirma Santos (1997):

a universidade sofre uma crise de hegemonia, na medida em que, a sua incapacidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias, leva os grupos sociais, mais atingidos pelo déficit funcional ou o Estado, em nome deles, a procurar meios alternativos de atingir os seus objetivos (...). Há uma crise de legitimidade, sempre que uma dada condição social, deixa de ser consensualmente aceite. A universidade sofre uma crise de legitimidade, na medida em que se

torna socialmente visível a falência dos objetivos coletivamente assumidos. (...) A universidade sofre uma crise institucional na medida em que sua especificidade organizativa é posta em causa e se lhe pretende impor modelos organizativos vigentes noutras instituições tidas como mais eficientes (p. 190).

Além dessas crises manifestas, outras estão questionando o atual modelo de universidade e tensionam o surgimento de alternativas ou, pelo menos, a discussão do ensino superior no Brasil.

Esta breve contextualização remete-nos a refletirmos, ainda mais e com mais profundidade sobre o ensino superior no Brasil, especialmente quando se está diante da proposição de uma Reforma Universitária, que poderá indicar a reversão deste quadro ou sua manutenção. É partindo destas possibilidades que vamos lançar nossos olhares neste texto, tentando articular diversos pontos de vista em busca de uma melhor compreensão em relação ao ensino superior e à universidade brasileira.

II Chauí e a Defesa da Universidade Pública

As discussões empreendidas por Chauí (2003), acerca da Universidade no Brasil, apontam para aspectos conflitantes que merecem ser debatidos, sobretudo quando a autora problematiza as últimas reformas que deslocam a educação como um direito, passando a ser um serviço, podendo ser, então, privatizado. Segundo a autora,

(...) a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUÍ,

2003, p. 01).

Então, a Universidade, em sua concepção, é inseparável da idéia de democracia, pois Universidade e sociedade são partes de uma mesma relação e ambas são possíveis num Estado Democrático. É justamente o caráter social que a torna diferenciada e autônoma, podendo relacionar-se com o Estado e com o todo social de maneira conflituosa, dividindo opiniões quanto à forma de tratar questões como a divisão e a exclusão social.

As mudanças sofridas pela Universidade Pública, nos últimos anos, coadunam-se à política neoliberal e às medidas da globalização que colocam a educação não como direito do cidadão, mas como um serviço e este último podendo ser privatizado e não público. Seu conceito, então, baseia-se na idéia de eficácia, sucesso no emprego, previsão, planejamento, controle e êxito.

A lógica proposta para a Universidade e sua constituição segue a mesma lógica do capitalismo atual que em seu fim último quer a fragmentação de todas as esferas da vida social, fazendo com que o atual modelo institucional permita fazer desaparecer a marca essencial da docência, que é a formação.

A Universidade está se reduzindo a uma organização e, como tal, abandona a formação e a pesquisa para ser competitiva, mesmo que isso implique na sua definitiva fragmentação, produzindo conhecimento que será apropriado pelos espaços privados.

Chauí demonstra, diante deste quadro, sua preocupação quanto ao risco que corre a Universidade de passar por uma modernização nos paradigmas contemporâneos sem discutir as causas que originaram este modelo, que caminha para o que se chama, modernamente, de sociedade do conhecimento, sendo que esta se rege pela lógica do mercado, dos resultados e não, de fato, pelo conhecimento.

A Universidade passa por um momento de insegurança muito mais do que de incerteza. Segundo a autora “a insegurança não gera conhecimento e ação inovadora e sim medo e paralisia, submissão ao instituído, recusa de crítica, conservadorismo e autoritarismo” (CHAUÍ, 2003, p.07).

Para que a Universidade Pública possa ser regida sob uma nova

ótica o Estado não pode mais tomar a educação como gasto público, senão como investimento social e político o que “só será possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio e nem um serviço” (CHAUI, 2003, p.08). Esta concepção contraria os ideais neoliberais que lutam pela concretude dos direitos sociais, entre eles, a educação.

Nesta linha de argumentação a autora faz uma defesa veemente da Universidade Pública, contra a privatização do ensino; discute a autonomia da Universidade, enfatizando a importância desta poder definir suas próprias linhas de pesquisa e prioridades, não se deixando conduzir pelas agências financiadoras. Sugere que a democratização da educação superior passa, necessariamente, pela reforma do ensino fundamental e médio; fundamenta sobre a necessária revalorização da docência e da pesquisa e, por fim, ressalta a importância de se adotar uma perspectiva crítica clara quanto à idéia de sociedade do conhecimento e de educação permanente.

III Cunha e a Universidade nos anos de 1990

Por outro viés, Cunha (2003) traça um panorama do Ensino Superior e da Universidade no Brasil, situando-o a partir de um ponto de vista histórico no interior do qual se processaram e processam as reformas do Ensino Superior. Ao abordar a Reforma Universitária dos anos de 1990, o autor aponta os principais ingredientes que compõem esse momento com especial enfoque para o recredenciamento periódico que imputa à Universidade a responsabilidade de manter padrões mínimos exigidos pelo Ministério da Educação para manter-se contribuindo com a sua função formadora. Neste aspecto, segundo o autor (CUNHA, 2003), o Conselho Nacional de Educação aparece como órgão colegiado máximo

que possui funções homologatórias no que diz respeito às políticas gerais do MEC, mas tem a última palavra

no que se refere ao reconhecimento dos cursos superiores, à criação de instituições de ensino superior e ao credenciamento e recredenciamento de universidades (p.191).

Outra questão levantada por Cunha diz respeito à autonomia das universidades que, embora garantida pela reforma de 1968, apresenta-se como contraditória e limitadora, especialmente no que tange à eleição para reitores na universidade pública, expansão do ensino superior com incentivo às faculdades privadas e à autonomia financeira e funcional, que vem sendo muito discutida em função dos interesses envolvidos. Vê-se, neste particular, o embate entre reitores, sindicatos de docentes, funcionários e o MEC que parece andar na contramão dos direitos conquistados pelas universidades.

Aponta o debate acerca do regime jurídico que define, além das Universidades Públicas, as Comunitárias e Privadas, distinguindo-as em sua identidade e definindo as fronteiras entre o público e o privado e as entidades com ou sem finalidades lucrativas na manutenção do ensino superior. Neste ínterim, vislumbra-se um Estado cada vez mais omissivo de sua responsabilidade com as Universidades Públicas, incentivando-as a buscar no mercado complementação de seu orçamento e apoiando a privatização cada vez maior do ensino.

Aspecto importante, também, refere-se ao caráter essencialmente profissional dos cursos de graduação que deve persistir, embora mais flexibilizado, possibilitando que cada Instituição de Ensino Superior adapte o currículo às condições do aluno e do mercado de trabalho.

Contribui para esse fato o aumento pela demanda no Ensino Médio e a conseqüente demanda no Ensino Superior. Neste particular, as Universidades Públicas não estão preparadas para este número crescente de discentes e, por outro lado, as particulares é que acabarão abarcando este contingente novo de alunos.

Parece-nos, frente ao exposto, que estamos diante de uma crise no Ensino Superior e que esta, por sua vez, origina-se no seio de outras crises motivadas neste momento histórico em que a imposição do modelo neoliberal coloca em choque os ideais democráticos

conquistados a partir das lutas políticas e sociais que dominaram o país especialmente após o período de exceção vivido pelo Brasil, de meados da década de 60 até meados da década de 80 do recém-finalizado século XX.

Nessa perspectiva, Cunha (2003) assinala que

a previsão da direção da mudança no campo do ensino superior no Brasil é uma tarefa bastante arriscada, já que não se pode considerá-la independentemente dos processos de mudança sócio-política, nos contextos nacional e internacional, ambas passando por grandes turbulências. No entanto, é possível assinalar alguns elementos que não poderão estar ausentes em tal previsão (p. 195).

Os elementos que não podem estar ausentes são os seguintes: segmentação institucional; avaliação, credenciamento e financiamento; pós-graduação e pesquisa; carreira docente; ensino de graduação; acesso ao ensino superior.

IV Buarque e a Idealização de Uma Nova Universidade

A crise que mencionamos está a suscitar, segundo palavras do Ex-Ministro Cristovam Buarque (2003), uma necessária recuperação da esperança por parte da própria Universidade. Segundo ele:

Isso significa compreender as dificuldades e as limitações da Universidade, bem como formular uma nova proposta, novas estruturas, e novos métodos de trabalho. Lutar pela defesa da Universidade significa lutar pela transformação da Universidade (BUARQUE, 2003, p. 04).

Buarque afirma que entre as realizações brasileiras do século XX, é provável que a maior seja a fundação da Universidade, em especial a

pública federal. Diz também, que em meio às enormes dificuldades vividas pelo país, ela tem crescido e sobrevivido graças à resistência da comunidade universitária.

Neste sentido, sempre renovando suas esperanças ele lança a proposta de uma nova universidade, reinventada e transformada, que possa servir como um projeto alternativo de civilização. Diz ele:

a escolha será entre uma modernidade técnica, cuja eficiência independe da ética, ou uma modernidade ética, na qual o conhecimento técnico estará subordinado aos valores éticos, dos quais um dos principais é a manutenção da semelhança entre os seres humanos (BUARQUE, 2003, p. 06).

Os argumentos do Ex-Ministro tomam por base dados que mostram que a Universidade, nos últimos mil anos, não apresentou avanços significativos, vivendo tensionamentos entre os conhecimentos que eram estocados e decorados e o fluxo contínuo que vem caracterizando os conhecimentos na atualidade. Neste sentido, coloca que a luta pela universidade significa a luta pela sua transformação especialmente se for possível olhar para a crise a partir da realidade histórica na qual a universidade nasceu, as crises que já enfrentou e sua capacidade de se reconstruir.

Tem-se no século XXI uma massa crítica consolidada, que contribui para que a sociedade brasileira reconheça a importância da educação, e que é capaz de promover as transformações necessárias na Educação Superior. Um dos pontos de destaque de sua plataforma no momento em que, segundo ele, estamos numa “encruzilhada” é a esperança de que a universidade possa estar a serviço de um projeto alternativo de sociedade no qual a escolha será entre uma modernidade técnica ou uma modernidade ética.

Outro ponto, destacado em suas argumentações, está no fato de a Universidade não representar mais a vanguarda do conhecimento. “A universidade flutua em meio às correntes da globalização e corre o risco de um naufrágio ético, caso aceite a imoralidade de uma sociedade cindida” (BUARQUE, 2003, p.08).

Após oito séculos de sua criação, as mudanças na universidade precisam acontecer a partir de cinco grandes eixos, segundo o autor (BUARQUE, 2003):

1. voltar a ser vanguarda crítica da produção do conhecimento;
2. firmar-se, novamente, como capaz de assegurar o futuro de seus alunos;
3. recuperar o papel de principal centro de distribuição do conhecimento;
4. assumir compromisso e responsabilidade ética para com o futuro de uma humanidade sem exclusão;
5. reconhecer que a universidade não é uma instituição isolada, mas que ela faz parte de uma rede mundial. (p. 08).

São tão fortes os argumentos do Ex-Ministro que ele compara a crise universitária à crise sofrida pelos mosteiros há mil anos, descrevendo que o conhecimento universitário encontra-se mais uma vez entre os muros, defasado e fora de sintonia com as demandas da realidade social que estão externas a estes muros. Nesta linha, salienta que a existência do que ele chama de “parauniversidades” ganha forças porque as universidades tradicionais fracassaram no cumprimento de seu papel, atrasando-se em termos de geração de conhecimento, deixando de ter sintonia e qualidade com os temas trabalhados e desenvolvidos.

O mundo se converteu em uma grande escola para aqueles que estão atentos e são eternos alunos. O conhecimento tornou-se urgente e simultâneo em função de sua rapidez de criação e de divulgação. Por isso, não é mais exclusividade do professor ensinar e da sala de aula ser o espaço de aprendizagem. A sala abriu-se, podendo estar em todo o lugar e o professor em qualquer outro, em permanente sintonia, porém em tempos diferentes.

A exclusão, promovida pelo modelo civilizatório que se impôs a partir da década de 90, fez com que se formassem dois setores claramente distintos no mundo: o dos incluídos nos bens e serviços oferecidos pelos avanços tecnológicos e o dos excluídos. A universidade serviu a

uma parte específica da sociedade e ignorou outra, “e (...) a universidade retornou à alienação do século XIX, tratando os pobres de hoje como tratava os escravos de antes” (BUARQUE, 2003, p.14).

Então, a Universidade do século XXI não conseguiu compreender como poderia ser global sem que isso implicasse na perda da sua identidade e de sua nacionalidade. Acabou incorrendo numa divisão entre abrir-se completamente, negando sua singularidade nacional ou se defender das interferências externas a ponto de negar sua realidade atual do saber global (BUARQUE, 2003, p. 15).

Tão contundentes colocações conduzem o autor a apontar caminhos para o que chamou de refundação da universidade, destacando sete vetores que poderiam contribuir para nortear a propalada revolução no campo do Ensino Superior:

1. Universidade Dinâmica;
2. Universidade Unificada;
3. Universidade Para Todos;
4. Universidade Aberta;
5. Universidade Tridimensional;
6. Universidade Sistemática;
7. Universidade Sustentável.

Estes vetores contribuem para a composição de um arrazoado em torno de idéias como a provisoriedade do conhecimento, o prazo de validade dos diplomas, a permanência da universidade, extinguindo-se a idéia de ex-aluno, a atualização dos doutorados, que não devem servir como troféus de um grande feito histórico, a revalidação da graduação e da pós-graduação mediante concursos periódicos, a flexibilidade na duração dos cursos, a dinamização da produção do conhecimento com publicações on-line, eliminação das fronteiras entre as universidades, forte incentivo ao ensino a distância, permitindo que todos tenham acesso a ela, formação de profissionais especializados, mas, também, comprometidos com o entendimento de um tema da realidade, defesa da universidade enquanto instituição pública, podendo ser ela pública estatal ou privada.

Esses apontamentos compõem a proposta original do atual governo para a proposição da reforma da universidade brasileira. Em torno deles e das idéias apontadas pelos outros dois autores, procurar-se-á, ainda que brevemente, apresentar uma análise na tentativa de uma tomada de posição frente às idéias discutidas pelos autores apresentados, a partir de Santos (2004).

V Santos: mais um olhar sobre a Universidade – Universidade Brasileira

Os autores trabalhados neste texto mostram com clareza que a Universidade Brasileira sofre uma crise que vai desde o seu conceito até a forma como ela vem tratando o conhecimento e revelam-se, em última análise, contrários à mercantilização do Ensino Superior. Neste ínterim, reforçamos estas posições, uma vez que a educação não pode ser entendida como bem de troca, como mercadoria, pois ela é uma construção da humanidade tão antiga quanto o próprio homem. Constitui-se num bem social, que precisa estar a serviço da humanização e na busca permanente de soluções para os problemas sociais vividos nas diferentes épocas.

A globalização da sociedade e a vigência do modelo neoliberal determinaram, para o momento em que estamos vivendo, relações cada vez mais impessoais, através das quais vale o sucesso individual em detrimento das conquistas sociais, ampliando, cada vez mais, a divisão entre aqueles poucos cidadãos que têm acesso aos bens de serviço e aos meios tecnológicos e aqueles que nada têm e que vivem à margem do tão propalado crescimento econômico e social. É a crise ética que se nos apresenta e imobiliza, por vezes, nossas esperanças em um mundo mais humano e em um planeta mais habitável.

Para ilustrar tão grave situação Santos (2002) esclarece:

nos últimos trinta anos a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre países aumentou dramaticamente. A diferença de rendimento entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre era, em 1960, de 30 para 1, em 1990, de 60 para 1 e, em 1997, de 74 para 1. As 200 pessoas mais ricas do mundo aumentaram para mais do dobro sua riqueza entre 1994 e 1998. Os valores dos três mais ricos bilionários do mundo excedem a soma do produto interno bruto de todos os países menos desenvolvidos do mundo onde vivem 600 milhões de pessoas (p.34).

Os dados mostram que a crise econômica é tão dramática que o próprio conceito de cidadão foi substituído pelo conceito de consumidor. Esses fatos, que aparentemente refletem somente questões econômicas, têm uma dimensão muito mais profunda, pois, fazem parte de um fenômeno não hegemônico, mas que atua com base em um consenso que lhe confere características hegemônicas.

A Universidade, embora sendo o centro de produção do conhecimento, não está imune a isso. Pelo contrário, a educação já é, de longa data, considerada bem de serviço pela Organização Mundial do Comércio². Que implicações práticas têm isso na realidade em que nós vivemos? Sem a pretensão de concluir tão profundo debate, traremos, a partir de Santos (2004), algumas propostas para uma reforma da universidade que a concebam a partir de um novo projeto.

Mesmo a Universidade Pública não tem conseguido sobreviver a este modelo neoliberal, ela vem se privatizando e nela tem tido espaço não as camadas da população menos favorecidas economicamente que não têm condições de manter-se nas Universidades Privadas devido aos seus altos custos, mas, pelo contrário, estão hoje nos bancos das Instituições Públicas Federais e Estaduais, aqueles alunos que conseguiram pagar por um Ensino Fundamental e Médio de melhor qualidade, se considerarmos que nestes dois níveis de ensino, a qualidade da Escola Pública tem sido muito questionada, deixando muito a desejar. Conforme Santos (2004):

A perda de prioridade na universidade pública nas

eficazmente, quando, em 1994, foi aprovado o Acordo Geral sobre Comércio e Serviços. A primeira manifestação sobre a questão somente se deu no final de 1999, com a publicação de uma nota de quatro ONGs da Europa e dos Estados Unidos, denunciando os impactos negativos que teria sobre os estabelecimentos de ensino superior a decisão da OMC de incluir o ensino superior como serviço comercial. Na América Latina, o fato só veio a ser debatido em 2002, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre – RS. Mais detalhes ver: DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Comercialização no ensino superior: é possível manter a idéia de bem publico? Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

³ Para maiores esclarecimentos ver SANTOS, 2003.

políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, na década de 1980, se impôs internacionalmente (p.15-16).

Ainda, ao abordar esta questão, Santos (2004) reporta-se ao que havia escrito em 1995, quando tratou, no texto “Da idéia de universidade à universidade de idéias” das crises que se geram quando não se intervém nas causas das profundas contradições que se produzem na universidade, mencionando a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional.³ Afirma ter havido uma concentração maior na crise institucional e que esta concentração foi fatal para a universidade, pois: “a crise institucional era e é, desde há pelo menos dois séculos, o elo mais fraco da universidade pública porque a autonomia científica e pedagógica da universidade assenta na dependência financeira do Estado” (SANTOS, 2004, p.12). Salienta, inclusive, que nos países que viveram a experiência da ditadura a crise se instalou por duas razões: a de reduzir a autonomia da universidade na produção do conhecimento crítico e sua divulgação e a de obrigar a universidade pública a competir em condições desleais no emergente mercado de serviços universitários, na realização de projetos modernizadores, ao que Santos chamou de autonomia falsa:

tratou-se de uma autonomia precária e até falsa: porque obrigou as universidades a procurar novas dependências bem mais onerosas que a dependência do Estado e porque a concessão de autonomia ficou sujeita a controles remotos estritamente calibrados pelos Ministérios das Finanças e da Educação (SANTOS, 2004, p.14).

É possível constatarmos que algo mais profundo do que aquilo

⁴ Art. 43 – A educação superior tem por finalidade: III – incentivar o trabalho de

que estamos a analisar aconteceu de modo a levar a universidade, instituição que produz o conhecimento científico por excelência, a perder a hegemonia, tornado-se alvo de críticas fáceis e constantes de vários setores sociais.

De acordo com Santos (2004), na última década houve uma alteração significativa nas relações entre conhecimento e sociedade, alterando profundamente as concepções que temos de conhecimento e sociedade.

No entanto, ao passo em que analisa com critério e profundidade a crise da universidade, Santos também aponta caminhos para a crise que se instalou, colocando como um ponto a necessidade de reconstrução do projeto de país, o qual abordaremos adiante.

Um segundo elemento, que trazemos, é a questão da Universidade Privada, prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 209, que diz: “O ensino é livre à iniciativa privada (...)” (p.130). Significa dizer que constituir espaços privados para a educação é preceito constitucional, garantido legalmente. Esta é uma questão indiscutível. O que parece estar na pauta de discussões em todo o país é o fato de a iniciativa privada estar aproveitando-se desta brecha legal para reforçar a idéia de educação como bem de consumo, como mercadoria e não como espaço de emancipação e cidadania. As críticas que não têm sido amenas dão conta de Universidades pouco preocupadas com a qualidade e bastante atentas ao lucro fácil.

Neste sentido, cresce a cada dia o número de Instituições oferecendo Ensino Superior sem as mínimas condições, diminuindo os tempos de formação, despreocupadas com a pesquisa, a investigação científica, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, na direção contrária ao delineado no Art. 43 da LDB 9394/96⁴. Nesses espaços fica cada vez mais evidente a mercadorização em que está se transformando a educação.

pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

⁵ Para mais detalhes, ver Santos, 2004.

Essas iniciativas não ocorrem isoladamente. Antes, fazem parte das intencionalidades do Banco Mundial em consonância com o disposto no Acordo Geral Sobre o Comércio de Serviços (GATS), que visam demonstrar que a educação é potencialmente uma mercadoria como qualquer outra e que sua conversão em mercadoria educacional decorre da dupla constatação da superioridade do capitalismo e da superioridade dos princípios da economia neoliberal (SANTOS, 2004)⁵.

O que parece evidenciado é que a transformação por que passa a universidade não tem implicações unicamente econômicas, não se reduzindo a sua mercantilização, implicam também, em profundas transformações políticas que, em última instância, comprometem o projeto mais amplo de país.

A crise está posta. Por um lado, não temos como negá-la, mas por outro, não podemos esmorecer diante desta situação. Muitas alternativas podem contribuir com a busca de novos rumos para a universidade, como veremos a seguir. O que não podemos deixar de lembrar é que em meio a toda essa problemática ainda existem diferenças entre as próprias Instituições Privadas no que diz respeito a ensino de qualidade, qualificação docente, entre outros. Não podemos, simplesmente, nivelar o Ensino Privado, pois, dentro de sua estrutura, vamos conviver com realidades muito distintas e com instituições que são engajadas na luta por um outro perfil de universidade.

Por fim, um terceiro elemento é a proposição de alternativas a este modelo hegemônico que se implantou. Neste sentido, trabalharemos a partir das idéias de Santos (2004)⁶, partindo de sua afirmativa que diz: “o único modelo eficaz e emancipatório de enfrentar a globalização neoliberal é contrapor-lhe uma globalização alternativa,

⁶ A primeira versão do texto A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade, foi apresentada em Brasília, no dia 05 de abril de 2004, no âmbito do Calendário Oficial de Debates sobre a Reforma Universitária do Ministério da Educação do Brasil, sendo Ministro o Dr. Tarso Genro.

uma globalização contra-hegemônica” (p.55). Para tanto, ele propõe:

à que as reformas nacionais da universidade pública devem refletir um projeto de país;

à que este projeto de país tenha que resultar de um amplo contrato político e social desdobrado em vários contratos setoriais, sendo um deles o contrato educacional e, dentro dele, o contrato da universidade como bem público;

à que a reforma tenha por objetivo central responder positivamente as demandas sociais pela democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes;

à que a solução nacional não seja possível sem a articulação global, sendo esta entendida não como a globalização neoliberal, mas como os espaços para articulações nacionais e globais, baseadas na reciprocidade e no benefício mútuo, de tipo cooperativo;

à que se situe o papel da universidade pública na definição e resolução coletiva dos problemas sociais.

Epílogo

A universidade, como a temos, já completou, ou vai completar mil anos. As mudanças, por que passou, estavam e estão ligadas às mudanças estruturais, sociais e econômicas de cada época. De um primeiro modelo de universidade como *universitas magistrorum et scholarium* (BOLONHA, SEC. XII), para uma universidade como centro exponencial do saber, a aproximação entre o mundo do trabalho e a universidade enquanto exigência decorrente da racionalidade técnica até a democratização (relativa) do ideário republicano de dar a todos os cidadãos, iguais possibilidades de acesso, em contradição ao projeto simplista e ilusório da universidade eletrônica, em nível planetário, das novas tecnologias da informação. A universidade, para não ser dispensável, precisa estar atenta à revolução das múltiplas tecnologias, cuja evolução, sequer estamos em condições de prever. Então, perante

as crises da universidade, precisamos nos perguntar “Qual universidade?”, como questiona Luiz A. Cunha, ou “A universidade necessária”, como propõe Darci Ribeiro, ou “A universidade do bem comum”, como propõe Ricardo Petrela, ou “a universidade do trabalho”, como propõem os Movimentos Sociais do Brasil, ou “a universidade da terra”, como propõe o Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Brasil, ou “a universidade popular dos movimentos sociais” proposta por Boaventura de Sousa Santos, no Fórum Mundial de Educação (2003), ou “a universidade hoje” como reivindica Marilena Chauí, em nossa referência:

que a universidade seja o lugar onde possamos viver para cultivar nosso espírito encarnado e situado e formar espíritos encarnados e situados para que nós e eles, por que encarnados e situados em condições históricas determinadas, possamos compreender a realidade que nos envolve e de que somos parte; reivindico que a universidade seja um campo de reflexão, crítica, embates e combates, de descoberta e invenção, cujo compromisso primordial seja com a verdade porque tal compromisso é, em si mesmo, desejo de liberdade, beleza, justiça e felicidade e, somente esse compromisso assegura uma docência capaz de formar gerações cultivadas, que intervenham na sociedade e na política, movidas pelo conhecimento e pelo sentimento do verdadeiro, do belo, do bom e do justo (p. 286).

As idéias acima não esgotam o debate, ao contrário, o desafiam. São essas propostas que representam uma alternativa positiva em termos de educação que merecem ser olhadas com atenção quando da proposta de uma Reforma Universitária como a que vimos discutindo no Brasil, uma vez que propõem a universalização e democratização do Ensino Superior para o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE, Cristovam. **A universidade numa encruzilhada.** Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior + 5, UNESCO, Paris, 23-25 de junho de 2003.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva** artigo a artigo. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade hoje.** In: AGUIAR, Flávio (org.). Antonio Candino: pensamento e militância. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas, MG, 05 de outubro de 2003. Capturado em <http://www.anped.org.br/26/marilenachauianped2003.doc>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In. LOPEZ, E. M. T., Faria Filho, L. M. de, VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. **Comercialização do ensino superior: é possível manter a idéia de bem público?** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 24, n. 84, p 817-838, setembro de 2003. Capturado em <http://www.cedes.unicamp.br>

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** São Paulo Cortez, 2004.

_____. **A globalização e as ciências sociais.** 2. ed. São Paulo Cortez, 2002.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.